

CARTOGRAFANDO MOVIMENTOS TEMÁTICOS POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira – Professora da Unemat
Ronélia do Nascimento – Professora da Unemat

Esta publicação é resultado de várias pesquisas feitas por discentes de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em *Ensino em Contexto Indígena Intercultural* (PPGECII/UNEMAT). Somam-se aos estudantes, professores(as) de várias instituições que, com afeto e responsabilidade, têm se dedicado a pensar o espaço geográfico e a educação.

A *Revista de Comunicação Científica* (RCC) tem sido um espaço de acolhimento de produções de artigos e resumos expandidos produzidos a partir de pesquisas e reflexões sobre a educação, a geografia e o ambiente, pois tudo o que ocorre no território é produzido pela sociedade.

Assim, organizamos o número 11 desta Revista tendo em mente levar aos leitores a lupa que permita sentir-se parte de textos aqui apresentados, permitindo análise e reflexões, pois, não há como nos colocarmos em uma redoma de vidro e fazermos de conta que não fazemos parte do mundo que nos cerca, não interfere, não incomoda. As ações de quem se debruça em pesquisas comprometidas contra o silenciamento, contra a desigualdade, as injustiças sociais, desamparo, instaurado por uma sociologia das ausências, como advoga Santos (2021).

Para compreendermos certas temáticas e de forma eficaz buscamos Paulo Freire (2001, p.48), que ensina sobre a necessidade ontológica da esperança na prática de uma concretude histórica.

[...] o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha; o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites; a importância da consciência na história; o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidade, jamais com determinação, é substantivamente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança.



Precisamos esperar, usando este substantivo como verbo de ação, e que através de nossas ações levemos esperança para outras pessoas.

A cada tema faz surgir novas reflexões, levando-nos a estar sempre com esperança em transformar a sociedade verdadeiramente humana no sentido da palavra e na essência do ser, pois esperar não é esperar, e sim levantar, construir e não desistir, pessoas sedentas do saber, inquietas por conhecer e suprir o que não foi propiciado outrora por silenciamento da força da educação e do poder colonial. Esse poder colonial e neoliberal são revestidos de ameaças e nos dá a noção de que enfrentamos tempos difíceis, buscamos a união entre quem contrapõe esse pensamento genocida e nos firmarmos com quem não teme falar de esperança e que é contra os discursos de ódio, de preconceito, de intolerância, de preconceito, de violência, que tira a boniteza do mundo, como nos fala o insubmisso Paulo Freire (2001,p.12).

Não quero dizer, porém, que porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica como o peixe necessita da água despoluída.

De mãos dadas estamos fazendo valer apenas o espaço e lugar que estamos, a responsabilidade social que nos cabe. Por acreditarmos em uma pedagogia em marcha, que vai além da sala de aula, na prática histórica, nas lutas sociais, na prática produtiva e política organizativa, por não sermos profissionais apenas que atua na pedagogia escolar, vamos além, na pedagogia humana popular, fora da escola e também nas escolas, um processo social educativo, temos razões de sobra para sermos otimistas.

Trazemos diálogos possibilitando interesse de várias áreas do conhecimento, haja vista que o movimento social e o educativo em cada texto gerado não cabe em uma única caixa do conhecimento, a dinâmica da sociedade, a prática social, requer que a compreensão tenha perspectiva histórica, geográfica, sociológica, pedagógica, filosófica e etc.

A cada texto requer a sensibilidade em deferência aos movimentos produzidos pelos atores sociais e às mudanças que enunciam ou demandam à ordem social. E em congruência, procuramos destacar as dimensões de pesquisa e debate que se



tornaram caros nos últimos anos, a saber, os desafios teóricos e metodológicos na compreensão das ações coletivas em seus múltiplos formatos, seus modos de participação e dos processos educativos escolares e não escolares, as abordagens de questões pertinentes à configuração social de ações coletivas, em múltiplos modos e contextos de atuação, assim como dos conflitos sociais que engendram.

As análises das dinâmicas de participação dos sujeitos em diferentes cenários socioeducacionais, destacando-se, tanto às condições estruturais de suas práticas quanto os agenciamentos produzidos por estes: estudo de diferentes processos educativos, em modalidades escolares e/ou não escolares, no tocante a suas potencialidades sujeitadoras e emancipatórias, trabalhos relativos ao diversificado, mediante análises das lutas sociais e das culturas, trabalhos sobre a condição humana em diferentes esferas de socialização, incluindo relações de sociabilidade, ações coletivas e espaços de educação.

Nós apoiamos nas ideias de Boaventura de Souza Santos, que defende criar inteligibilidade mútuas e articular diferenças e equivalências entre experiências, culturas e forma de opressão e de resistência, como alternativa ao método eurocêntrico racista do multiculturalismo. Ponderando o paradigma emergente onde todo o conhecimento científico natural é científico social, o conhecimento é local e total, é autoconhecimento.

A ciência pós-moderna, ao senso comunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida. (SANTOS, 2010, p. 57).

Este número que ora apresentamos à comunidade acadêmica traz a discussão de temas emergentes deste tempo em que a educação brasileira esteve sob ataque, porém não nos damos por vencidos, nos engajamos na tática de lutas diretas e institucionais, acreditando no horizonte da democracia representativa e participativa a partir de 2023, na reforma política em todas as esferas, sendo combatido a ordem social neoliberal, as incursões antidemocráticas, que valorize e fortaleça a proposta política da democracia da força de trabalhos dos profissionais da educação brasileira e das pesquisas científicas.



Esperamos que a partir de 2023 muitas das ações sejam ressignificadas sobretudo a educação especial, de jovens e adultos e a educação escolar indígena que são debatidas neste número.

O primeiro artigo intitulado *“Ser docente: mediação com a tecnologia do brincar pedagógico no século XXI”*, de autoria das professoras Elisângela Canal Goldoni e Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira. Traz o relato da experiência de observação em Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso, os desafios e as perspectivas do estágio a partir da sala de aula, que hoje tem a tecnologia em todas as etapas do planejamento seja do plano de aula, como a própria aula que hoje a partir da Pandemia são desenvolvidas cada vez mais com o uso da tecnologia. É surpreendente que inclusive o brincar e a brincadeira tem sido cada vez mais realizadas seja presencial e de forma remota.

Nos cabe instigar a reflexão dos leitores: até que ponto o uso cada vez mais das tecnologias e o trabalho de forma remota tem contribuído com a construção do conhecimento? É possível a construção do conhecimento na educação infantil? São questões que o tempo vai trazer respostas através dos indicadores da avaliação da aprendizagem, por ora como profissionais da educação temos feito o uso inclusive pela necessidade que a Pandemia nos impôs.

O artigo *“A experiência do o estágio curricular supervisionado na educação de jovens e adultos - sistema prisional em tempos de Pandemia”* dos professores Jociana Dias dos Santos, Jucieli Bertocello e Douglas Alcir Andrade. Traz também reflexões sobre a Pandemia da COVID-19 e o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado V - Ensino Fundamental (EJA em Espaço Escolares e Não Escolares), o estágio faz parte do currículo do curso de pedagogia da Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT- Juara-MT. A experiência de estágio que o texto aborda foi realizado na Educação de Jovens e Adultos - EJA, com Pessoas Privadas de Liberdade-PPL do 1º Segmento/ 1º e 2º Ano - Sistema Prisional de Juína-MT, no primeiro momento foi feito um curso de extensão " Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos do Sistema Prisional em Tempos de Pandemia", posteriormente a etapa de observação do material pedagógico (apostila) e a etapa de regência que consistiu na elaboração de apostilas de acordo com as habilidades e objeto de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. O texto referenda que a sala de aula física foi alterada para o virtual, com o uso cada vez mais das tecnologias



digitais da informação e da comunicação. A construção do conhecimento hoje tem sido viabilizada e mediada com o formato das tecnologias digitais. O texto nos permite continuar o questionamento: as tecnologias digitais contribuem com a construção de saberes e os fazeres dos estudantes?

Em seguida o artigo *“Importância do ensino de geografia para educação escolar indígena”* das professoras Beatriz Alves Da Cruz Paula e Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira. Traz uma abordagem relacionada ao processo de desenvolvimento da Educação Escolar Indígena no Estado de Mato Grosso, que se deu a partir da Constituição Federal de 1988. Nos cabe registrar que a Constituição Federal de 1988 no que diz respeito a educação escolar indígena traz demandas dos movimentos do povo indígena que nos finais da década de 1960 e 1970 passaram a se organizar e a cobrar uma educação própria para seu povo, com professores indígenas formados para isso. As comunidades indígenas passam a usufruir dos mesmos direitos fundamentais e de igualdade com os demais grupos sociais na sociedade brasileira, inclusive dos direitos educacionais de qualidade, caracterizada por ser comunitária, específica, diferenciada, intercultural e multilíngue, embora haja a presença de estudantes indígenas nas escolas ditas tradicionais. Cabe destacar o cenário atual consiste grande demanda das comunidades é pela língua materna que ao longo da história acabaram se perdendo para muitos povos indígenas. Esse não tem sido e não será um trabalho fácil.

Logo em seguida a geografia brasileira é retratada no artigo *“A abordagem da educação ambiental nos livros didáticos de geografia”* dos professores Henrique Nicolau Grillaud Maranholi, Elidiane Karine Trevisan, Wellington Fava Roque. Este artigo aborda a contribuição da educação ambiental na formação de uma sociedade mais consciente com o cuidado com ambiente que é o espaço de nossa morada e vivência.

A escola e a universidade que tem sido espaço de trabalho é o lugar para se mediar o conhecimento ambiental, geografia e educação ambiental estão intrinsicamente ligadas, é primoroso a construção do conhecimento relacionando temas indicando a ação individual para o bem coletivo, auxiliando no processo de sujeitos críticos, autônomos e atuantes capazes de construir suas próprias interpretações da geografia humana e geografia física considerando os problemas



ambientais, atividades econômicas e os impactos no meio natural e principalmente as ações e consequências da relação do ser humano e a natureza.

É necessário que as teorias abordadas se tornem prática, para tal transição é de suma importância à participação de professores mobilizadores do pensamento reflexivo nos estudantes, para que se sintam parte no papel de agente mediador/a, colocando no cotidiano escolar, familiar e do lugar onde vive a prática da preservação do meio ambiente.

A disciplina de geografia assim, ajuda a desenvolver conhecimentos, habilidades para a preservação do ambiente em um mundo que precisa ser sustentável, afinal chegamos a 8 bilhões de habitantes e sabemos que sem esse cuidado a nossa sobrevivência está comprometida.

Depois o artigo *“A Importância Da Educação Ambiental No Ensino Fundamental II”* dos professores Henrique Nicolau Grillaud Maranholi, Cristiane Aparecida Ferreira de Souza, Naor José de Moraes, Wellington Fava Roque. Continua a abordar a preocupação com os cuidados com o meio ambiente e a necessidade da educação ambiental que de conta de conscientizar para o cuidado com os recursos naturais, da preservação do meio ambiente. Mudar nossas atitudes para preservar o ambiente é imperativo. A Lei 9.795/1999 que dispõe sobre a educação ambiental, e instituiu sobre a Política Nacional da Educação Ambiental, deve ser trabalhado na educação formal e informal e deve prezar pelo ensino ao cuidado com o ambiente.

Essa tomada de consciência para o cuidado ambiental ocorre quando passamos a compreender a ação humana sobre a natureza, produzindo o seu meio de vivência e a sua transformação. É compromisso nosso buscar o conhecimento e o respeito das consequências dessas ações antrópicas e dos efeitos da natureza sobre as atividades socioespaciais

O artigo *“Formação histórica da aldeia aldeinha (Povo Terena) no Município de Anastácio-MS”*. Dos pesquisadores Reinaldo Paulo Rohdt e Vera Lúcia Ferreira Vargas. Apresenta o processo de formação da comunidade indígena Terena do Município de Anastácio/MS, fundada no ano de 1933 mais conhecida como Aldeia Aldeinha. É um texto importante feito por quem vive a realidade do povo Terena e que, portanto, sabe de sua importância.

É perceptível na descrição o ato transformador de construção de vínculos comunitários, de pertença e de registros da cultura, bem como de conquistas de



direitos, combate à crescente injustiça social, a luta pela diferença, cultura, informação, a sobrevivência equitativa, acesso à educação escolar, saúde e a cidadania enquanto busca de direitos culturais que excedem as dicotomias entre Estado-cidadão. Pode, inclusive, revolucionar os registros históricos do Povo Terena frente ao olhar de um pesquisador do próprio povo usando a pesquisa como ferramenta de comunicação, registro e verdadeiro instrumento favorável à conquista de melhores abordagens sobre sua história étnico territorial no âmbito potencializador aos avanços necessários desde a ordem material à imaterial e política.

O artigo: *Uma reflexão sobre o ensino de língua Terena na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva*. Tendo como autores Samarah Rohdt Soares e Rogério Vicente Ferreira. Traz experiências sobre o ensino da língua Terena na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, da Aldeia Aldeinha de Anastácio-MS. Os dados foram sistematizados a partir de dados de observação das aulas de língua Terena do 6º ao 9º. É mais um texto que nos traz a necessidade de uma política linguística que valorize a língua materna, sobretudo o ensino da língua Terena.

Podemos perceber que trabalhar a língua materna indígena é uma política educacional imprescindível para revitalização, fortalecimento ou para mantê-la viva, evitando a desintegração cultural e histórica. Em relação ao processo de ensino e aprendizagem escolar é pertinente que haja o ensino diferenciado e bilingue para que se torne significativo. A educação escolar não deve repassar conhecimento linguísticos de forma mecanizada, cativo somente a frases e palavras soltas, mas, sim em atividades contextualizadas para que o/a educando/a desenvolva seu próprio conhecimento linguístico. É por meio da língua materna que os diversos povos se comunicam, pensam, sentem, criam e vivem, sendo que ela é sinônimo de identidade cultural.

O artigo *“A memória e história da formação e da educação de Águas Claras Distrito de Juara – MT”* dos pesquisadores Ronélia do Nascimento, Denise Wurzler e Alceu Zoia. Retrata o distrito de Águas Claras do Município de Juara-MT, esse distrito tem cerca de 300 habitantes, território esse construído a partir da implantação de lavouras, da venda de madeira e posteriormente da pecuária. O texto é resultado de uma aula de campo que foi trabalhado interdisciplinarmente com História da Educação Brasileira e Sociologia da Educação. É um texto muito significativo para a



compreensão do território de Juara no sentido que coloca em tela a percepção da memória como instrumento de estudo do patrimônio imaterial de uma comunidade.

O patrimônio histórico para a memória de um povo se dá pela valorização da identidade que molda as pessoas, seja pela preservação de costumes, de elementos culturais de um povo. Águas Claras contém patrimônio cultural nos lugares de memória, seus moradores são responsáveis por materializar esse passado para a sociedade atual, para que haja uma intensa relação com a memória coletiva, estabelecida a relação dos sujeitos a partir de suas lembranças.

O artigo *Racismo no futebol profissional* de Gabrielly de Jesus Silva e Ellen Laura Leite Mungo. Traz importante debate sobre o racismo no âmbito do cenário jurídico nacional, é um texto interessante e traz em tela o racismo no futebol profissional que infelizmente tem sido muito comum nos últimos anos e que precisa ser debatido e sobretudo coibido.

As autoras retratam a perseguição enfrentada pela população negra, apontando a historicidade da prática que confisca e queima não só os pensamentos e ideais de atletas, embebecidos pelos julgamentos de valores com a quantidade de melanina na pele dentro do futebolismo de proporções extremadas que disseminam a ideologia do opressor diretamente, simbólica e também maquiada, resultando na apatia da sociedade em naturalizar a violência racial. Essa discussão é pertinente, emergente, colaborativa e relevante nos ambientes da educação em espaços escolarizados e não escolarizados, para contrapor o pensamento discriminador que propaga e contribui para a discrepância racial, a visão inestimável da realidade étnico-racial na subjetividade humana.

O artigo *“A fotografia de atividades experimentais como aporte para a avaliação virtual no ensino à Distância”* da professora e pesquisadora Carla Maria Abido Valentini trata da formação de futuros professores de química por meio do ensino a distância (EAD). O objetivo do texto foi apresentar a Fotografia Científica como ferramenta de apoio pedagógico que ajuda a mediar o conhecimento resguardando o universo plural do ensino por investigação, com proposta de modelo de construção do conhecimento por investigação que faz uso da fotografia científica observatória por experimentos, visando assim, desencadear percepções, estímulos e respostas para a apreensão, despertando nos/as alunos/as a construção do conhecimento.

Prefácio

Aprende-se química aprendendo falar, a ler e a escrever sobre ela. E por que não acreditar que também se aprende química fotografando, registrando imagens que podem dar indícios do desenvolvimento de habilidades cognitivas. Já que, se o/a aluno/a consegue expor em uma fotografia o que aprendeu, conseqüentemente, estará ampliando modos de ler o mundo cientificamente e isto acarretará benefícios em sua argumentação, uma vez que terá que explicar com base na química a sua percepção registrada sobre um determinado tema.

Os temas apresentados levam em consideração a proposta do pensamento decolonial como o cerne de estudo e campo de nossas atuações enquanto profissionais e agentes sociais. Sentimos a necessidade de fornecermos elementos teóricos, de vivências e reflexões para a assimilação consciente do conhecimento de modo que possa auxiliar a desnivelar a lógica da colonialidade, permitindo a libertação nas relações intersubjetivas de apropriação ativa e consciente do conhecimento para a emancipação humana.

Nesse ensejo, trazemos mais uma referência na construção do paradigma que estamos construindo para uma educação decolonial e emancipadora que concretize um Brasil para todos os brasileiros. Esperamos que façam boa leitura.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Paz e Terra, São Paulo, 2001.

SANTOS. Boavventura de Souza. (org.) **Reconhecer para a liberdade**: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Aforamento, 2010.

